

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CENTRO DE ESTUDOS
DEPARTAMENTO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
1991
4º CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO
PROVAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1ª QUESTÃO: (25 pontos) – DISSERTAÇÃO:

Intervenção do Município na propriedade urbana: fundamentos e limites constitucionais, e meios de atuação.

2ª QUESTÃO: (15 pontos)

Pode o Município ser responsabilizado por danos decorrentes de demolições excessivas determinadas por funcionário municipal que, ao fazê-lo, invocou fundamento em lei estadual? Cabe responsabilização do funcionário? Fundamente a resposta.

3ª QUESTÃO: (20 pontos)

As obras de extração de areia que ALFA S.A. vinha executando são embargadas pela Prefeitura por estarem sendo realizadas sem licença municipal. A empresa apresenta recurso administrativo, afirmando – e provando – que as obras haviam sido regularmente licenciadas pelo órgão estadual de controle ambiental, e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

Pergunta-se:

- a) é lícito o embargo administrativo por falta de licença municipal?
- b) tem o Município competência para fazer à empresa exigências de ordem ambiental diversas daquelas feitas pelos órgãos estadual e federal? Justifique as respostas.

4ª QUESTÃO: (20 pontos)

Candidato aprovado em concurso público é nomeado fora da ordem de classificação, tomando assim a vaga de outro. Meses após sua posse, o fato é apurado, internamente, em procedimento administrativo, no qual fica demonstrado o equívoco da nomeação e posse.

Decide a Administração desfazer o ato de nomeação, e desta decisão dá-se, só então, ciência ao servidor.

- 1) Aprecie a legalidade do ato administrativo de desfazimento da nomeação.
- 2) Consumado o desfazimento, deverá o servidor putativo devolver os vencimentos percebidos?

Fundamentar as respostas.

5ª QUESTÃO: (20 pontos)

Ex-empregado de empresa de economia mista municipal, admitido em 01/04/82 e demitido por justa causa em 03/09/89, sem jamais haver gozado férias, ajuizou, em 25/03/90, reclamação trabalhista em face da empresa, postulando o pagamento das férias que não lhe foram concedidas.

Informando que o ex-empregado esteve em gozo de auxílio-doença de 03/01/1986 a 07/07/1986, indaga-se:

- a) que períodos de férias não são mais devidos, pela consumação da prescrição?
- b) que períodos de férias está a empresa obrigada a pagar em dobro, de forma simples e proporcional e quais deles são devidos com o adicional de que trata o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal?

Fundamentar a resposta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS, APONTANDO OS DISPOSITIVOS LEGAIS E/OU CONSTITUCIONAIS ACASO PERTINENTES.

1ª QUESTÃO: (10 pontos)

Em ocorrendo a revelia do denunciante, no que isso repercutirá, para os fins previstos no art.76 do CPC?

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

À vista de danos à casa onde morava, decorrentes de inundação, ajuíza Sílvia ação em face do Município, visando ao ressarcimento, onde não logra êxito. Entendeu-se não comprovado o domínio do prédio. Anos depois é o Município quem ajuíza ação em face de Sílvia, que ao realizar obras em imóvel, prejudicou prédio público vizinho ao seu. Desta feita, o pedido é julgado procedente, confirmada sentença em 2º grau em 28/10/88, à vista inclusive da revelia que se verificara. Interpõe Sílvia recurso extraordinário que, em 10/03/89 no STF não é conhecido, por não ventilar na espécie matéria constitucional. Em última tentativa, ajuíza Sílvia, em 20/11/90, rescisória, perante a Suprema Corte, fundada em ofensa à coisa julgada, eis que já se decidira a questão do domínio de forma distinta na primeira ação.

Representando os interesses do Município, enuncie as linhas de defesa. (Não se pretende a redação de peça processual).

3ª QUESTÃO: (25 pontos)

Desapropriada área pelo Município, por utilidade pública (implantação de distrito industrial), é vendida a terceiro para o loteamento e venda de lotes industriais. O ex-proprietário ajuíza ação Ordinária contra o Município e o loteador, visando à indenização maior, tendo em vista a negociação feita.

O Município é citado por mandado. O loteador, citado pelo correio, só recebe a correspondência dois meses após a citação do Município, sendo o aviso de recebimento juntado aos autos muito depois.

O autor, a pretexto de que vencidos os prazos da defesa, contados das datas da citação do Município e do loteador, requer a alteração do pedido. Em lugar da indenização maior pretende desfeita a desapropriação. Defere-se a alteração.

PRONUNCIE-SE, objetivamente, sobre:

I – a ação de desapropriação;

II – a alegada revelia na ação ordinária;

III – a alteração do pedido;

IV – a possibilidade de atendimento dos pedidos, o primeiro e o que altera;

V – o recurso do Município contra o deferimento a alteração do pedido.

4ª QUESTÃO: (25 pontos)

A e B movem ação de consignação em pagamento do valor de determinada nota promissória em face de C, no Juízo de 1ª Vara Cível da comarca da Capital.

Após a contestação, com fundamento na insuficiência do valor consignado, C propõe, em face de A e B, ação de execução, do mesmo título, mas pelo valor que entende ser correto.

Citados para a execução por mandato do Juízo da 10ª Vara Cível, os executados oferecem à penhora bens pertencentes exclusivamente a A, mas suficientes para garantia do valor da execução.

Doze dias após ter sido intimado da penhora, A, juntamente com B – este ainda não intimado da penhora, movem ação de embargos à execução em face de C, aqueles representados por diferentes procuradores, arguindo, em preliminar, a incompetência do Juízo e requerendo a remessa dos autos ao Juízo da 1ª Vara Cível, para o qual declinam a competência.

O Juízo da 10ª Vara Cível indefere de plano os embargos, por considerá-los intempestivos.

1- Indique, justificadamente, o recurso cabível e o órgão ad quem competente para seu julgamento.

2 – Se o candidato entender como correta a decisão, queira justificar sua opinião.

3 – Em caso contrário, indique as razões do recurso e a providência jurisdicional a ser requerida.

5ª QUESTÃO: (20 pontos)

Em área de preservação ambiental, obra clandestina e ilegalizável é embargada, com a aplicação de multas sucessivas, por decisão do Superintendente de Meio Ambiente. É impetrado um mandato de segurança, cujo pedido de liminar, para a suspensão do embargo e anulação do auto de infração – que se confunde com o objeto do próprio mandato -, é indeferido, em decisão mantida pela sentença de improcedência da segurança.

Interpôs o Impetrante, apelação que, por maioria de votos, veio a ser provida, para conceder-se, em parte, o writ.

Em se tendo como certo que a matéria versada é de natureza estritamente legal e que o desacordo representado pelo voto vencido é apenas parcial, pergunta-se:

1. Que meio(s) se oferece(m) ao Município para impugnar o acórdão proferido e qual(is) efeito(s) em que é(são) recebido(s)?
2. Considerando que o(s) recurso(s) eventualmente cabível(eis) tenha(m) tão somente efeito devolutivo, é legalmente possível ao Município, na hipótese de o Impetrante pretender a execução provisória do julgado, exigir a observância do artigo 588, inciso I, do Código de Processo Civil?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO: (30 pontos)

O Prefeito do Município X, alegando carência de receitas orçamentárias para investir no ensino público fundamental, edita medida provisória determinado que as escolas públicas da edilidade serão destinadas, preferencialmente, às crianças nascidas no próprio município. O pai, e responsável, de um menor excluído da rede escolar em razão desse critério normativo, ajuíza ação de mandado de segurança coletivo, visando tutelar todas as demais crianças nessa mesma situação. Por outro lado, requer ao Ministro da Educação intervenção da União Federal no Município, além de promover a responsabilidade do Chefe do Executivo local. Queira analisar a hipótese em face dos princípios e disposições constitucionais pertinentes.

2ª QUESTÃO: (15 pontos)

Comente três dispositivos constitucionais que se oferecem à tutela de direitos coletivos e interesses difusos.

3ª QUESTÃO: (20 pontos)

Com fundamento no art.35, item I da Constituição Federal, Governador de Estado decreta a intervenção em Município, afasta o Prefeito e nomeia interventor. A intervenção é aprovada pela Assembléia Legislativa. Inconformado com a intervenção, o Prefeito recorre ao Judiciário alegando que deixou de pagar a dívida fundada por motivo de força maior. Pergunta-se: é possível o controle jurisdicional da intervenção?

4ª QUESTÃO: (15 pontos)

A portaria nº 046-F/LFI de 16/06/82 dispõe, em seu art. 2º: “Não serão aceitos pedidos para localização de “agentes” e/ou agenciadores de serviços funerários (pessoas físicas – profissionais autônomos) por serem eles figuras desconhecidas perante a Lei e, portanto, ilegalizáveis”. Profissional da categoria (papa-defunto) requer, no entanto, licença de localização, alegando

que as pessoas jurídicas não sofrem a mesma proibição. Manifeste-se concisamente.

5ª QUESTÃO: (20 pontos)

O princípio da legalidade assume conteúdo diverso quando se dirige à atuação da Administração Pública e quando se dirige aos particulares. Comente esta dupla significação do princípio.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª QUESTÃO: (20 pontos)

O promitente comprador de imóvel loteado, tendo ciência de que o loteador fora intimado pelo Município para regularizar o loteamento, sustou o pagamento das prestações. Agiu corretamente? Em caso positivo, como deve fazer para desobrigar-se. JUSTIFIQUE.

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

A Lei nº 8.049, de 20 de junho de 1990, introduziu significativa alteração nos arts. 1.594, 1.603 e 1.619 do Código Civil ao determinar a incorporação ao patrimônio do Município, e não mais do Estado, dos bens declarados vacantes. (Vide texto da lei em anexo).

Em vista da citada alteração, bem como das regras de direito intertemporal aplicáveis, e da controvérsia doutrinária acerca dos efeitos da declaração da vacância, pergunta-se:

- com relação às sucessões abertas antes da vigência da Lei nº 8.049, pode o Município pleitear a incorporação ao seu patrimônio dos bens integrantes de herança, cuja declaração de vacância ocorreu após a entrada em vigor da referida lei?

3ª QUESTÃO: (25 pontos)

É suscetível de ser usucapido imóvel com cujo valor o Município do Rio de Janeiro integralizou sua participação acionária na criação de uma sociedade de economia mista, admitindo-se que o prazo suficiente para a argüida prescrição aquisitiva tenha ocorrido, em sua totalidade, após a referida integralização?

FUNDAMENTAR A RESPOSTA

4ª QUESTÃO: (10 pontos)

Entre que partes se estabelece a relação jurídica no contrato de fiança?

FUNDAMENTAR A RESPOSTA.

5ª QUESTÃO: (25 pontos)

A Fazenda Pública tem legitimidade para ajuizar pedido de falência?

FUNDAMENTAR A RESPOSTA.

DIREITO TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, COM MENÇÃO DOS TEXTOS LEGAIS APLICÁVEIS.

1ª QUESTÃO: (20 pontos)

Determinado município, visando a incentivar a utilização de terrenos urbanos desocupados, ao elaborar seu Plano Diretor, concebeu mecanismo tributário pelo qual seria duplicado, a cada ano, o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, relativo a tais terrenos, até atingir vinte e cinco por cento do valor do imóvel.

Responder se esse mecanismo é juridicamente válido.

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

A Sociedade Omega forneceu à Sociedade Y, empresa de construção civil, certa quantidade de guindastes especiais de sua propriedade, junto com os correspondentes operadores de tais máquinas.

Dizer se existe incidência do Imposto sobre Serviços nessa atividade da Sociedade Omega e, em caso afirmativo, especificar, justificadamente, a norma aplicável.

3ª QUESTÃO: (20 pontos)

De acordo com o disposto no art. 32 do Código Tributário Nacional, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador “a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel”.

Em face desse dispositivo, lei municipal estabeleceu que o lançamento do IPTU far-se-ia durante o mesmo exercício, tantas vezes quantas ocorresse mudança na propriedade do imóvel.

Responder se é válida a determinação dessa lei municipal.

4ª QUESTÃO: (20 pontos)

A Empresa X, distribuidora de combustíveis líquidos, sofreu autuação por agentes da Administração Tributária Municipal, sob alegação de não haver efetuado o pagamento do Imposto sobre Vendas a Varejo (IVVC), devido pelo fornecimento de combustíveis a empresas de aviação estrangeiras.

Defendeu-se o contribuinte sob duas ordens de considerações:

- a) inoccorrência do fato gerador do tributo, dado que o fornecimento em causa era “por grosso ou atacado”, mediante emprego de caminhões-tanque, tal como no fornecimento do produto a autopostos comerciais;
- b) ademais, haveria isenção do tributo, por reciprocidade, decorrente de tratado internacional de que o Brasil é signatário.

Dizer se procede a defesa do contribuinte.

5ª QUESTÃO: (20 pontos)

A Sociedade Alfa, prestadora de serviços de recebimento, por telefone, de mensagens destinadas a terceiros, contratou a prestação de tais serviços com determinado cliente, mediante paga ajustada. Todavia, no curso de prazo contratual, o cliente deixou de pagar o preço pactuado, pelo que, a Sociedade Alfa suspendeu a comunicação, a esse cliente, das mensagens telefônicas que recebera, a ele destinadas.

Responder se, sob tais circunstâncias, é devido o Imposto sobre Serviços.